



## **O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - A VIRTUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO BRASIL**

### **Autor(res)**

Felipe Rossi De Andrade  
Raissa Dos Santos Brito  
Gabriel Drumond Mendes Soares

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### **Introdução**

As constantes transformações tecnológicas influenciaram diretamente a forma como o Poder Judiciário brasileiro conduz a prestação jurisdicional. O avanço da informatização e a necessidade de tornar a Justiça mais célere e acessível impulsionaram a criação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), consolidado com a promulgação da Lei nº 11.419/2006. Essa norma marcou o início de uma nova era na administração da Justiça, com a substituição dos autos físicos por sistemas digitais integrados. O PJe representa o esforço de modernização do Estado, alinhado aos princípios constitucionais da eficiência, publicidade e celeridade processual. Contudo, sua implantação exigiu uma profunda adaptação estrutural e cultural dos tribunais, advogados e servidores.

Além de ser um instrumento de inovação, o processo eletrônico surge como resposta ao acúmulo de demandas e à morosidade judicial, buscando proporcionar uma tramitação mais ágil, segura e transparente. Assim, compreender o papel da Lei nº 11.419/2006 e dos atos normativos subsequentes é essencial para avaliar o impacto dessa transformação na efetividade da Justiça e nos direitos fundamentais dos cidadãos.

### **Objetivo**

O presente artigo tem como objetivo analisar a criação, a regulamentação e os efeitos do Processo Judicial Eletrônico no Brasil, destacando sua relevância para a modernização do Judiciário e para a efetivação do princípio da celeridade processual.

### **Material e Métodos**

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Foram analisados diplomas legais, resoluções e publicações oficiais que tratam da informatização do Judiciário, em especial a Lei nº 11.419/2006, a Emenda Constitucional nº 45/2004 e as Resoluções nº 121/2010 e nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além da legislação, recorreu-se à doutrina e a conteúdos audiovisuais de natureza jurídica, como o programa “Saber Direito” da TV Justiça, que contribuíram para a compreensão prática do funcionamento do PJe. A metodologia adotada permitiu uma visão crítica sobre os benefícios e desafios do processo eletrônico, considerando aspectos tecnológicos, normativos e constitucionais relacionados à eficiência e à transparência da



atividade jurisdicional.

## Resultados e Discussão

A informatização do Judiciário brasileiro, iniciada após o Pacto Republicano, foi resultado de uma articulação entre os três poderes, cujo propósito era fortalecer a democracia e reduzir a morosidade processual. A Lei nº 11.419/2006 consolidou esse avanço ao alterar o art. 154 do Código de Processo Civil de 1973, autorizando a prática de atos processuais por meios eletrônicos com observância dos requisitos de autenticidade e integridade, sob a infraestrutura da ICP-Brasil.

Com sua promulgação, tornou-se possível utilizar acórdãos disponíveis na internet para fins de demonstração de divergência jurisprudencial, o que facilitou o cabimento de recursos e promoveu a padronização de procedimentos. A criação do PJe, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 185/2013 do CNJ, ampliou a eficiência e a rastreabilidade dos atos judiciais, além de fortalecer a segurança jurídica com o uso de certificação digital.

Do ponto de vista principiológico, o PJe concretiza valores como a publicidade e a celeridade processual. A Resolução nº 121/2010 reforça o caráter público dos atos processuais, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso a informações de processos não sigilosos por meio dos portais dos tribunais. Entretanto, é importante ressaltar que a publicidade não é absoluta, encontrando limites nos casos em segredo de justiça.

O princípio da celeridade, por sua vez, ganhou respaldo constitucional com a Emenda nº 45/2004, que incluiu o inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição Federal. O processo judicial eletrônico foi concebido como ferramenta de concretização desse princípio, buscando mitigar a morosidade e otimizar a entrega da prestação jurisdicional. Contudo, sua eficácia plena ainda depende da superação de obstáculos como a desigualdade digital, a falta de padronização entre sistemas e a necessidade de treinamento contínuo dos profissionais que atuam na área jurídica.

Em síntese, o PJe se consolidou como marco na história da Justiça brasileira, mas sua consolidação plena requer políticas de inclusão tecnológica e aprimoramento permanente da infraestrutura digital do Estado.

## Conclusão

A informatização do Poder Judiciário, consolidada pela Lei nº 11.419/2006, representou um avanço decisivo na busca por eficiência e transparência processual. O Processo Judicial Eletrônico tornou-se símbolo de modernização e instrumento de efetivação dos princípios constitucionais da publicidade e da celeridade. Apesar de seus benefícios, ainda há desafios estruturais e humanos que demandam contínuo aperfeiçoamento. A consolidação definitiva do PJe dependerá do investimento em tecnologia e capacitação dos operadores do direito, assegurando uma Justiça realmente acessível e eficiente.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm);
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm);
- BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 1973. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm);
- BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 20 dez. 2006.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 121, de 13 de outubro de 2010. Dispõe sobre



a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, [2010]. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/92>;

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933>;

MACEDO, Ícaro. A origem do Processo Judicial Eletrônico. Jusbrasil, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-origem-do-processo-judicial-eletronico/561219467>;

RÁDIO E TV JUSTIÇA. Saber Direito – Processo Judicial Eletrônico – Aula 1. [S. l.]: Rádio e TV Justiça, 10 jan. 2022. 1 vídeo (56 min e 1 s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tiw4IAXEwYY>;